



Observatório
Interdisciplinar
das Mudanças
Climáticas

DA FEMINIZAÇÃO DA RESPONSABILIDADE CLIMÁTICA À RESPONSABILIDADE CLIMÁTICA FEMINISTA: DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA A COP30

Bruna Soares de Aguiar

CADERNOS DO OIMC
nº 20/2025

ISSN: 2764-1120



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Observatório Interdisciplinar das Mudanças Climáticas

SUMÁRIO

Introdução

Página 01

Abordagem Conceitual

Página 03

Abordagem Metodológica

Página 05

A inclusão de lentes de gênero nos documentos do IPCC e nas Decisões das COPs

Página 06

Por uma responsabilidade climática feminista

Página 17

Considerações Finais e Recomendações

Página 19

Notas

Página 21

Referências Bibliográficas

Página 22



Resumo

No contexto de preparação para a COP30, este estudo apresenta recomendações para a integração de lentes de gênero nos debates sobre mudanças climáticas a partir de uma perspectiva feminista da responsabilidade climática. Desde 2001, as Conferências das Partes (COPs) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, da sigla em inglês) têm adotado decisões específicas sobre a incorporação de gênero na governança climática, mas frequentemente de maneira instrumentalizada. Esse enquadramento retrata mulheres e outros grupos subalternizados como vítimas ou agentes naturais da sustentabilidade, sem enfrentar as desigualdades estruturais que perpetuam a vulnerabilidade – um processo que resulta na feminização da responsabilidade climática.

Este estudo propõe uma abordagem crítica feminista que desafia essa lógica e sugere recomendações concretas para a preparação da COP30, com o objetivo de gerar impactos transformadores. A partir da perspectiva feminista da responsabilidade climática, argumenta-se que a interseção entre as agendas de clima e gênero deve ir além da inclusão numérica, promovendo a redistribuição de poder, a regulamentação empresarial e o reconhecimento da economia do cuidado como eixo central das políticas climáticas.

Palavras-Chave: responsabilidade climática; feminismo; igualdade de gênero

Introdução

Os eventos globais de grande impacto atuais, como o agravamento das mudanças climáticas, a pandemia da Covid-19 e a intensificação de conflitos armados, têm moldado as prioridades das políticas internacionais. As respostas a esses desafios variam entre governos, dependendo de suas orientações políticas e ideológicas. Em um cenário polarizado, compromissos com justiça climática e igualdade de gênero são ferramentas estratégicas para atores políticos que zelam por princípios democráticos e direitos humanos. Além de

serem imperativos éticos, essas agendas são elementos-chave para diferenciação política no cenário global.

A integração das agendas de gênero e clima é crucial em políticas internacionais progressistas e vêm sendo promovida não apenas por Estados, mas também nos espaços multilaterais. Desde 2014, quando a Suécia anunciou sua então Política Externa Feminista (PEF), instituições como as Nações Unidas passaram a refletir, mais enfaticamente, sobre os impactos desse paradigma no sistema multilateral de cooperação para o desenvolvimento e ajuda oficial ao desenvolvimento (AOD), resultando em um incremento contextual favorável à aplicação de lentes de gênero à política internacional, alinhado à promoção da agenda climática sustentada pela Agenda 2030 (ONU MULHERES, 2022).

Mas é importante sublinhar que a congruência entre as agendas de clima e gênero é um movimento existente há mais de 40 anos, com inúmeras análises e experiências sobre a incorporação de lentes de igualdade de gênero na agenda climática (ARORA-JONSSON, 2011a). Ao longo dessas mais de quatro décadas, foi construído um certo consenso sobre como integrar gênero nas políticas climáticas, sendo adaptação e mitigação as pautas que mais avançaram nesse campo, no intuito de atribuir uma correlação entre as mulheres e a promoção da proteção ambiental (ARORA-JONSSON; WAHLSTROM, 2023). Em razão disso, promoveu-se, e se segue promovendo, por um lado, uma inclusão quantitativa de mulheres em espaços decisórios e, por outro, uma atribuição a elas da responsabilidade de conduzir ações de adaptação e mitigação, seja por meio de recebimento de financiamento internacional, seja pela compreensão de que as mulheres são “naturalmente” mais propensas à proteção do clima, formalizando, assim a feminização da responsabilidade climática (ARORA-JONSSON, 2011b).

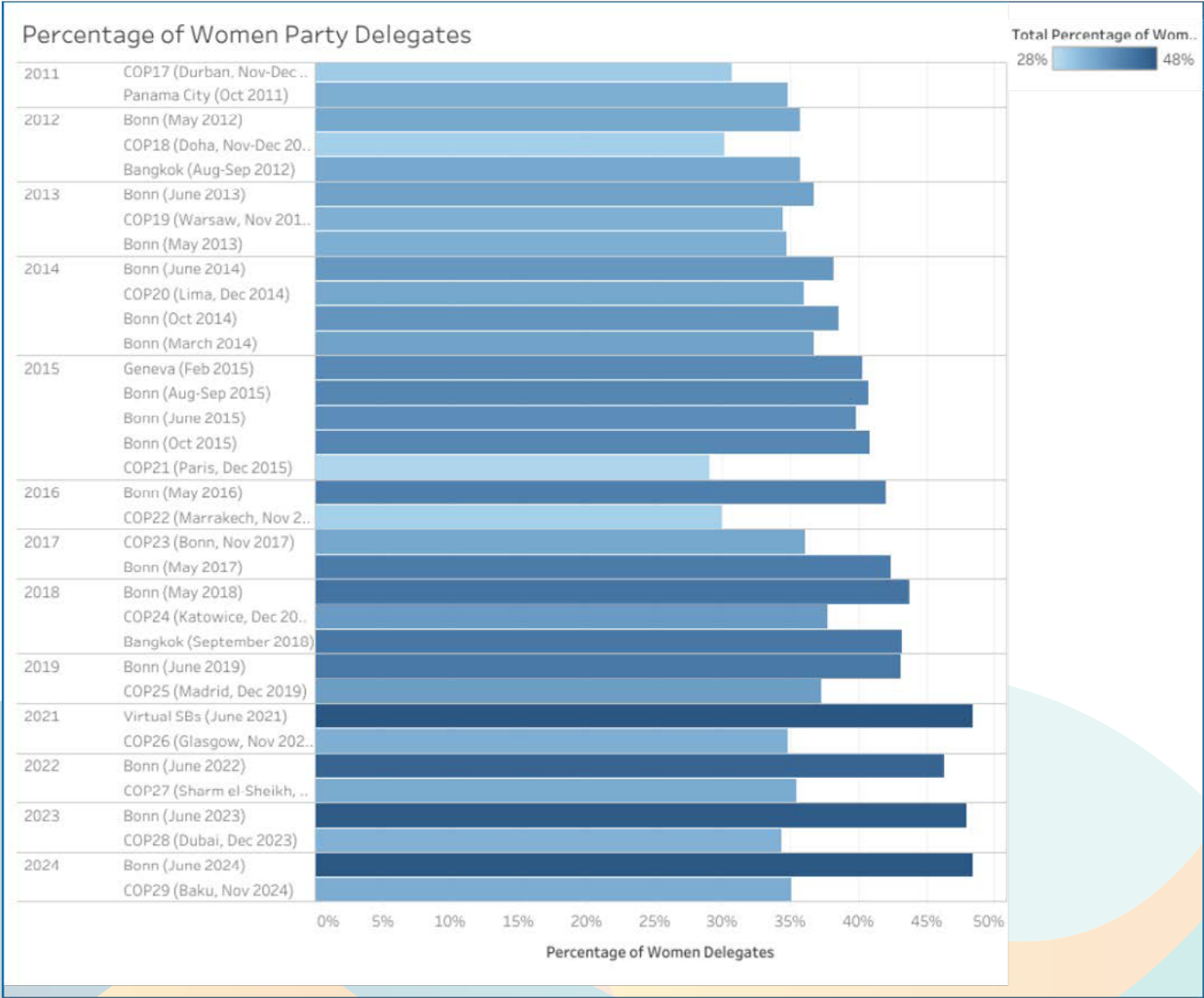
As Conferências das Partes (COPs) e o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) foram se tornando espaços potenciais para avançar na incorporação dessa abordagem de gênero em documentos e resoluções multilaterais. O esforço

foi iniciado mais enfaticamente em 2001, quando foram anunciadas propostas de aumentar o número de mulheres participantes nas COPs, no intuito de promover a igualdade de gênero nos espaços de deliberação climática, e em 2007, quando o IPCC passou a integrar em seus estudos e relatórios temas relacionados aos impactos das mudanças climáticas sobre as mulheres e meninas em regiões empobrecidas. Contudo, esse projeto de consolidação da feminização da responsabilidade climática enquanto marco condutor das articulações multilaterais, tendo como instrumento de implementação o incentivo ao incremento quantitativo de mulheres em espaços de deliberação climática, vem se mostrando cada vez mais ineficaz, isto porque,

em acordo com análises de Burns (2018) e do Gender Climate Tracker (2024), a presença feminina nas delegações das COPs veio diminuindo, particularmente no intervalo de anos até 2018.

Isso reflete uma abordagem superficial no sentido em que não contribui para a promoção de transformações estruturais. O resultado é um descompasso: mesmo com a crescente adoção de ações exteriores feministas, e políticas com lentes de gênero, as instituições e governos ainda falham em incorporar mudanças sistêmicas que enfrentem as raízes das desigualdades e que contribuam para políticas de mitigação e adaptação climática.

Figura 1. Percentual de participação de mulheres nas delegações da COP (2008-2024)



Fonte: Gender Climate Tracker. 2024

Outro ponto crítico na abordagem de feminização da responsabilidade climática consiste no enquadramento das mulheres como vítimas passivas das mudanças ambientais, ignorando suas capacidades de protagonismo político e social, ou seja, a agência das mulheres. Arora-Jonsson (2011a) alerta que essa abordagem reforça estereótipos de vulnerabilidade e invisibiliza as causas estruturais da crise climática, ancoradas em paradigmas capitalistas e patriarcais de exploração ambiental. Ademais, retrata a fotografia da vulnerabilidade, sem apresentar o filme dos processos (e dos agentes) de vulnerabilização. Limitar a participação feminina a esse papel passivo enfraquece os debates climáticos e reduz as chances de mudança real e inclusiva, porquanto não considera as responsabilidades causais, históricas e atuais. Assim como o ponto anterior, este enfoque tende a perpetuar uma abordagem limitada e instrumental, que não questiona os sistemas estruturais de desigualdade subjacentes e de reprodução da crise climática.

Para evitar o esvaziamento das pautas climáticas, é essencial que a intersecção entre agenda climática e de gênero transcenda a retórica simbólica da feminização da responsabilidade climática, e resulte em mudanças estruturais específicas, como a implementação de políticas públicas redistributivas, a criação de mecanismos de fiscalização de proteção e promoção dos direitos humanos, e a ampliação de espaços de participação efetiva para mulheres e populações tradicionalmente subalternizadas em processos decisórios internacionais, considerando a distribuição de poder e a revisão das normas institucionais patriarcais dos órgãos em questão – e tudo isso por meio de uma responsabilidade climática feminista. Caso contrário, os conceitos de justiça climática e igualdade de gênero correm o risco de se tornarem rótulos vazios, usados principalmente como estratégias de *branding político* (PEREIRA, 2021; SOARES DE AGUIAR, 2023). [2]

Esta reflexão se insere em um momento oportuno, visto que em junho de 2025 foi iniciado um novo processo para revisão do Plano de Ação de Gênero (GAP, em inglês) do IPCC, com previsão de aprovação na COP 30, em novembro de 2025, no Brasil. Considerando, portanto, a janela de oportunidade para o debate,

este estudo propõe examinar criticamente como o IPCC e as COPs vêm integrando as lentes de igualdade de gênero e feministas no debate multilateral das políticas climáticas, em particular, nas decisões postuladas pelas Partes nos eventos anuais. Ao ter em conta os discursos institucionais, busca-se enfatizar como os documentos publicados, desde 2017, vêm enfatizando uma feminização da responsabilidade climática, o que leva a limitar a abrangência e a profundidade da pauta.

O objetivo é que, ao final da análise, seja possível propor recomendações para avançar em mudanças estruturais no processo de inclusão de lentes de gênero e feministas nas decisões das COPs, particularmente no processo de revisão do GAP que será levado a cabo ao longo deste ano de 2025, de modo a evitar a manutenção e a repetição dos estereótipos de gênero que se traduzem em feminização da responsabilidade climática. Serão exploradas oportunidades para que, no contexto da COP 30, as Partes assumam uma posição ativa de promoção de integração estrutural das lentes de gênero na formulação de políticas multilaterais para o clima, mais alinhadas a uma responsabilidade climática feminista.

Abordagem Conceitual

O processo de homogeneização das mulheres tem sido absorvido e, por vezes, integrado de forma hegemônica nas políticas multilaterais que adotam uma perspectiva de igualdade de gênero ao longo da história recente. Mohanty (1988) já chamava a atenção para este problema no processo de integração de lentes de gênero em políticas de cunho neoliberais. Se retrocedermos ao debate sobre “Mulheres e Desenvolvimento” nas Nações Unidas, particularmente na década de 1970, é possível observar que a ausência de desenvolvimento em certos países foi frequentemente atribuída à falta de planejamento familiar (Garcia, 1994). Isso resultou na adoção inicial de abordagens malthusianas, com o controle da natalidade sendo visto como solução para o subdesenvolvimento. Naquele contexto, as mulheres foram duplamente responsabilizadas: primeiro, pela necessidade de evitar a gestação

Bruna Soares de Aguiar

Da feminização da responsabilidade climática à responsabilidade climática feminista: desafios e oportunidades para a COP30

e, segundo, pelo dever de cuidar daqueles que já nasceram, como forma de superar o subdesenvolvimento. Políticas de planejamento familiar e saúde sexual e reprodutiva, portanto, passaram a ser promovidas como soluções essenciais para o desenvolvimento das populações do Sul Global.

A essencialização das mulheres [3] também se reflete nas discussões sobre a integração das lentes de gênero no Conselho de Segurança da ONU, especialmente na formulação da agenda Mulheres, Paz e Segurança. A narrativa predominante associa as mulheres à paz, não apenas defendendo uma maior paridade nas negociações, mas também baseando-se na ideia de que as mulheres, por sua natureza, estariam mais inclinadas ao diálogo e à promoção da paz (TICKNER, 2018; SOARES DE AGUIAR, 2022). Essa visão reduz a agência das mulheres em contextos de conflito, ignorando sua atuação como combatentes, líderes políticas e protagonistas em situações bélicas. Ela também desconsidera o papel ativo que as mulheres desempenham nos processos pré e pós-conflito, consolidando uma visão homogênea das mulheres como promotoras da paz, sem considerar suas diversificadas experiências e posicionamentos políticos.

Esse fenômeno de essencialização é igualmente observável no campo da agenda climática. Como apontado por Arora-Jonsson (2011a), criou-se uma narrativa dualista que coloca as mulheres do Sul Global como as principais vítimas das catástrofes climáticas, enquanto as mulheres do Norte Global são retratadas como mais engajadas em práticas ambientais sustentáveis e virtuosas. Essa simplificação, porém, limita a formulação de políticas e decisões normativas às abordagens reducionistas, como: (i) a inclusão quantitativa de mulheres em espaços decisórios sem uma mudança estrutural; (ii) políticas que reforçam a feminização da responsabilidade climática; (iii) a concepção das mulheres do Sul Global como vítimas passivas, necessitando de apoio externo; e (iv) a idealização das mulheres do Norte Global como naturalmente inclinadas à proteção ambiental.

Para analisar esses aspectos no contexto da gestão da agenda climática no sistema multilateral, é

imprescindível reconhecer que, nos processos de instrumentalização do feminismo liberal dominante, as diferenças biológicas são frequentemente substituídas por uma construção sociocultural homogênea (ARORA-JONSSON, 2011a), o que gera um reducionismo analítico com impactos significativos nas políticas internacionais. Ao enquadrar as mulheres como uma categoria pré-social, impõem-se pressupostos baseados nas experiências das mulheres ocidentais, o que resulta em uma visão excludente. Como destaca Mohanty (1988), as problemáticas e desejos das mulheres são constantemente essencializados, tratando-as como vítimas e como sujeito de um processo de “reconstrução”.

A crença de que as mulheres formam um grupo homogêneo, definido por uma opressão compartilhada, reduz a diversidade e complexidade das experiências femininas. Isso, por sua vez, estabelece uma estrutura de poder que molda suas representações. É fundamental, portanto, reconhecer que as diferenças entre as mulheres não se limitam à dicotomia entre ocidentais e não ocidentais, mas envolvem também diferentes temporalidades e geografias. A ignorância desses aspectos nas agendas multilaterais reforça uma visão liberal de igualdade e paz, como ressalta Mohanty (1988, p. 63), pois a suposição de mulheres como um grupo homogêneo, fundamentada em sua opressão, simplifica suas circunstâncias, o que transforma a representação e reprodução dessas mulheres em um exercício de poder.

Arora-Jonsson (2011a; 2011b) discute como o processo de naturalização dos estudos de gênero no campo das mudanças climáticas transformou o gênero em um conceito tecnocrático, reduzindo as necessidades das mulheres a lacunas passíveis de decisões administrativas sobre alocação de recursos. A autora argumenta que, em muitos casos, a “linguagem sensível ao gênero” não resulta em mudanças concretas no terreno (ARORA-JONSSON, 2011b, p. 7). A superficialidade na integração da perspectiva de gênero tem reforçado uma compreensão dicotômica sobre as mulheres na agenda climática, ou vulneráveis – particularmente quando observadas as mulheres nas regiões em desenvolvimento – ou como promotoras da proteção ambiental, majoritariamente quando se trata

de mulheres de países em desenvolvimento.

Ponto é que esse essencialismo de gênero nas políticas climáticas resulta na feminização da responsabilidade climática, atribuindo às mulheres a tarefa de preservar o meio ambiente, além de sobrecarregá-las com uma carga de trabalho associada ao cuidado não remunerado e não valorizado e nem reconhecido efetivamente no processo prático da proteção ambiental (ARORA-JONSSON, 2011b). Como observado por Arora-Jonsson (2011a; 2011b), a visão de que a participação das mulheres em questões ambientais é benéfica para elas como um grupo pode ser enganosa, uma vez que muitos projetos fracassam ao não considerar as especificidades locais e contextuais de gênero (ARORA-JONSSON, 2011b, p. 7). Isso acaba gerando a ineficácia das abordagens, particularmente, de órgãos e instituições multilaterais na promoção de medidas mais eficazes perante as Partes.

Abordagem Metodológica

Para analisar a construção da representação de gênero no discurso institucional sobre mudanças climáticas, este estudo adota a metodologia da Análise Crítica do Discurso (VAN DIJK, 2008), com ênfase na elaboração de uma Análise Crítica Feminista do Discurso, ao tomar como apoio a ideia de homogeneização das diferenças de Chandra Mohanty (1988) para estabelecer os critérios analíticos dos discursos dos documentos.

É importante esclarecer que, ao adotar a abordagem de Van Dijk (2008), o empreendimento realizado ao longo das seguintes páginas não está livre de valores e nem deve se ausentar dos mesmos ao considerar os discursos institucionais analisados, que são carregados de poder de um determinado contexto social, portanto, é evidente que ao eleger realizar uma análise crítica do discurso, este Caderno investiga “[...] primariamente, as formas pelas quais o abuso de poder social, a dominância e as desigualdades são estabelecidas, reproduzidas e resistidas pelo texto e conversam em um contexto político e social [...] por essa razão, [...] produz o seu

próprio discurso – que necessariamente se posiciona ao lado dos grupos mais oprimidos pelas estruturas de poder [...]” (COUTO; CARRIERI, 2018, p. 2).

De forma sintetizada, a proposta de Van Dijk (2015) é trabalhada a partir da interconexão de três componentes: o discursivo, o cognitivo e o social. No caso aqui abordado, que é a intersecção entre a agenda de gênero e a climática, o primeiro está relacionado com a estrutura subjacente aos discursos dos documentos que estão interligadas ao conceito de feminização da responsabilidade climática; no que diz respeito ao componente cognitivo está relacionado a criação de consciência de que a inclusão de mulheres em espaços decisórios é a estratégia central e suficiente para a solução da desigualdade e dos impactos diferenciais de gênero no contexto de mudanças climáticas; e, por fim, o componente social está justamente na forma como esses documentos são utilizados para legitimar uma estrutura de poder que segue oprimindo e homogeneizando as diferenças das mulheres e de outros grupos subalternizados.

No processo de combinar tal abordagem com a perspectiva feminista pós-colonial de Mohanty (1988), foi sendo possível elaborar critérios para investigar como o discurso e a linguagem refletem, reproduzem e contestam as estruturas de poder, dominação e desigualdade nos documentos das COPs. Portanto, parte-se do princípio de que este processo de feminização da responsabilidade climática como narrativa hegemônica institucional se dá pela via discursiva com a apresentação de três soluções principais para o problema: (i) mulheres como instrumentos de mudança; (ii) inclusão quantitativa de mulheres e (iii) soluções neutras para a promoção da igualdade de gênero.

A análise será conduzida em três etapas principais: (i) seleção dos documentos, com foco nos relatórios do IPCC e nas decisões das COPs que abordem o tema da promoção da igualdade de gênero na agenda climática; (ii) identificação das representações de gênero e (iii) desconstrução de estereótipos, que envolverá a análise crítica de elementos linguísticos, como escolha de palavras, metáforas e categorias discursivas, para

identificar padrões de reprodução de desigualdades e apontar suas implicações.

Além da crítica às narrativas existentes, este estudo segue a proposta de reconfiguração discursiva (Van Dijk, 2008), explorando possibilidades de construção de representações que enfatizem a autonomia e o protagonismo feminino na política climática, especialmente em um contexto de revisão do GAP, no qual surge a oportunidade de integrar uma abordagem menos estereotipada da igualdade de gênero e do papel das mulheres nas políticas de adaptação e mitigação.

Essa abordagem não só contribuirá para revelar os mecanismos de subordinação presentes no discurso institucional, como também para uma formulação mais justa e equitativa das políticas climáticas. A proposta é transcender a mera instrumentalização da questão de gênero e reconhecer as mulheres como sujeitos com agência na elaboração da agenda climática, particularmente nas políticas de adaptação e mitigação.

A inclusão de lentes de gênero nos documentos do IPCC e nas Decisões das COPs

O conceito de feminização da responsabilidade climática, conforme introduzido por Arora-Jonsson (2011b), contribui para a articulação de uma reflexão crítica sobre as políticas de adaptação e mitigação, especialmente no contexto da UNFCCC. Como aponta Burns (2018), as discussões sobre gênero nas negociações climáticas da UNFCCC inicialmente focaram na ampliação da participação feminina. No entanto, a partir da COP16, houve uma inflexão significativa na agenda, com ênfase na importância da igualdade de gênero e na participação efetiva das mulheres nas ações climáticas.

A análise da incorporação de perspectivas de gênero no Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas revela um processo gradual. Somente em 2001, na terceira avaliação do IPCC, surgiram as primeiras menções à questão de gênero, marcando o início de uma maior sensibilização para as diferenças de gênero nas discussões sobre mudanças climáticas.

Em 2007, o IPCC passou a integrar mais diretamente o tema de gênero em seus relatórios, especialmente ao abordar os impactos das mudanças climáticas sobre as populações mais vulneráveis, com ênfase nas mulheres e meninas, particularmente em regiões empobrecidas. Na quinta avaliação, o IPCC deu um passo significativo ao incluir de maneira explícita discussões sobre gênero, especialmente no capítulo sobre Vulnerabilidade, Adaptação e Capacidades de Resposta, ressaltando as experiências distintas de homens e mulheres, especialmente em áreas rurais e países em desenvolvimento. O relatório de 2021 aprofundou ainda mais a integração das perspectivas de gênero, detalhando como os impactos das mudanças climáticas afetam desigualmente diferentes grupos populacionais, com ênfase nas intersecções de gênero, classe, raça e etnia.

Essa crescente integração de uma perspectiva de gênero na agenda climática reflete uma mobilização contínua nos espaços multilaterais, que têm trabalhado para avançar nas articulações de narrativas e práticas relacionadas à questão climática. Destacam-se, nesse contexto, as principais medidas e marcos ao longo do tempo, os quais serão detalhados neste Caderno, com o objetivo de situar o escopo analítico e ilustrar a evolução e a abordagem da igualdade de gênero nessa agenda.

Até a adoção do primeiro Plano de Ação de Gênero (GAP), em 2017, as referências às questões de gênero no âmbito multilateral da agenda climática estavam, em grande medida, restritas à inclusão quantitativa de mulheres nos eventos das Conferências das Partes. O foco predominante era garantir maior representatividade feminina nas negociações, sem necessariamente incorporar uma abordagem mais profunda sobre como as desigualdades estruturais de gênero impactam as políticas de mitigação e adaptação climática. Diante desse cenário, este estudo concentra sua análise nas decisões adotadas a partir do GAP de 2017, considerando que, a partir desse marco, houve um esforço para ampliar a discussão sobre gênero de maneira mais substantiva, especialmente no que se refere aos impactos diferenciais das mudanças climáticas sobre mulheres e meninas.

Quadro 1. Cronologia de documentos institucionais multilaterais da integração de gênero na agenda climática

Ano	Documento	Contexto
2001	Decisão 36/CP.7	Pela primeira vez, a UNFCCC mencionou explicitamente a questão de gênero em suas discussões, reconhecendo as desigualdades de gênero nos impactos das mudanças climáticas.
2012	Decisão 23/CP.18	Essa decisão promoveu o equilíbrio de gênero e a melhoria da participação das mulheres nas negociações da UNFCCC, destacando o reconhecimento, por parte dos países, da importância da participação equitativa.
2015	Acordo de Paris	O Acordo de Paris, embora não tenha um foco exclusivo em gênero, passou a reconhecer explicitamente que a ação climática deve ser inclusiva e que a igualdade de gênero deve ser um princípio orientador nas respostas às mudanças climáticas.
2016	Decisão 21/CP.22	Essa decisão da COP convida as Partes a “continuar a apoiar” duas atividades relacionadas ao equilíbrio de gênero: treinamentos e conscientização sobre equilíbrio de gênero, além do fortalecimento de capacidades para mulheres delegadas, a fim de melhor prepará-las para as negociações.
2017	Plano de Ação de Gênero da UNFCCC – Decisão 3/CP.23	Criação do Plano de Ação de Gênero, que estabeleceu metas concretas para garantir a inclusão das questões de gênero nas políticas e na implementação da Convenção-Quadro.
2019	Decisão 3/CP.25	Essa decisão da COP reiterou a importância da “participação e liderança plena, significativa e igualitária das mulheres em todos os aspectos do processo da UNFCCC” e reconheceu que essa participação e liderança devem ocorrer em todos os níveis.
2020	Gender Policy and Implementation Plan	A Política de Gênero e o Plano de Implementação do IPCC são diretrizes que visam garantir a integração de uma perspectiva de gênero nas atividades e operações do IPCC, buscando promover uma abordagem mais inclusiva e equilibrada nas questões climáticas.
2021	Relatório sobre Gênero e Mudanças Climáticas – Decisão 20/CP.26	A UNFCCC publicou um relatório detalhado sobre as interseções entre gênero e mudanças climáticas, destacando o papel central das mulheres na adaptação e mitigação, especialmente em contextos vulneráveis.
2024	Feminist Climate Justice Agenda	A ONU Mulheres apresenta uma visão abrangente e orientações práticas sobre o que os formuladores de políticas precisam fazer para garantir que os países façam a transição para economias de baixas emissões, ao mesmo tempo em que constroem a resiliência das mulheres e as capacitam a aproveitar novas oportunidades, reconhecendo sua liderança e agência na promoção de mudanças.

Fonte: Elaboração própria a partir de Gender Climate Tracker (s/d).

Embora esse avanço represente um passo significativo, é fundamental reconhecer os limites da abordagem multilateral na integração da perspectiva de gênero. A forma como a agenda tem sido trabalhada pode, inadvertidamente, contribuir para a perpetuação da chamada feminização da responsabilidade climática. Isso ocorre quando as mulheres são majoritariamente posicionadas como beneficiárias ou destinatárias de políticas de adaptação, sem que haja um questionamento crítico sobre as causas estruturais das desigualdades de gênero. Esse enfoque, muitas vezes, reforça papéis tradicionais e transfere ainda mais responsabilidades às

mulheres, sem necessariamente promover transformações nos padrões desiguais de poder que sustentam sua vulnerabilidade desproporcional aos impactos climáticos.

Nesse sentido, foi importante, também, incluir nesta análise a proposta da ONU Mulheres para uma gestão feminista do clima. Partindo de uma abordagem que busca revisar estruturalmente as relações de poder, essa proposta representa uma tentativa de ir além da inclusão quantitativa e da superficial adjetivação das políticas públicas sob o rótulo da igualdade de

Bruna Soares de Aguiar

Da feminização da responsabilidade climática à responsabilidade climática feminista: desafios e oportunidades para a COP30

gênero. A integração dos feminismos como paradigma de formulação de políticas internacionais sugere um compromisso mais profundo com a revisão dos padrões de poder que perpetuam condições de vulnerabilização de meninas, mulheres e outros grupos subalternizados no contexto doméstico e internacional. Assim, para além das análises dos documentos específicos da UNFCCC, considera-se essencial examinar em que medida a proposta feminista da ONU Mulheres se apresenta como uma janela de oportunidade para reconfigurar a interlocução entre as agendas climática e de gênero, avançando para um modelo de governança que desafie as desigualdades estruturais e promova justiça climática de forma interseccional e transformadora, revelando, ou não, um *continuum* temporal de construção de robustez normativa no sistema ONU no que tange a gestão climática e as relações de gênero.

Plano de Ação de Gênero da UNFCCC

Em 2014, durante a COP 20 realizada em Lima, no Peru, foi estabelecido o primeiro Programa de Trabalho de Lima sobre Gênero (LWPG, sigla em inglês), com o objetivo de promover a integração da perspectiva de gênero nas Conferências das Partes e na implementação do Acordo de Paris. O LWPG visava tornar as políticas climáticas e suas ações mais sensíveis às questões de gênero, reconhecendo que as mudanças climáticas afetam homens e mulheres de maneiras diferentes. Na COP 22, em Marrakesh, em 2016, foi definida uma duração inicial de três anos para o Programa, com uma revisão prevista para a COP 25. Como consequência dessa decisão, na COP 23, em Bonn, em 2017, foi adotado o primeiro Plano de Ação sobre Gênero da UNFCCC, além da criação da Plataforma para Comunidades Locais e Povos Indígenas, que reconheceu o papel crucial dessas comunidades nas ações climáticas.

Na COP 25, realizada em Madrid, em 2019, foi iniciada uma revisão do Programa de Trabalho de Lima, com o intuito de fortalecer o Plano de Ação de Gênero. Essa revisão culminou na adoção final do GAP na COP 27, em Sharm el-Sheikh, no Egito, em

2022. Nas COPs subsequentes, COP 28 e COP 29, novas revisões foram realizadas, estendendo o Programa de Lima por mais 10 anos. Ficou decidido que, ao longo de 2025, seria desenvolvido um novo Plano de Ação de Gênero, com início dos debates previsto para junho de 2025, com o objetivo de ser apreciado e adotado na COP 30, em novembro de 2025, no Brasil. De acordo com a UNFCCC, o desenvolvimento deste novo plano levará em consideração as recomendações do Programa de Trabalho de Lima feitas em 2024, incluindo a realização de novos workshops e a elaboração de relatórios de síntese sobre o processo.

Desde sua adoção, o GAP tem se concentrado em cinco áreas prioritárias para integrar as questões de gênero nas políticas climáticas: (i) construção de capacidades, gestão do conhecimento e comunicação; (ii) equilíbrio de gênero, participação e liderança feminina; (iii) coerência nas políticas climáticas; (iv) implementação sensível ao gênero e meios de implementação; e (v) monitoramento e produção de relatórios. A UNFCCC tem trabalhado de forma sistemática para alcançar esses objetivos, com cada área sendo coordenada por um secretariado específico. A implementação do Programa de Trabalho de Lima e do Plano de Ação de Gênero envolve a colaboração das Partes, do secretariado, das entidades da ONU, organizações filantrópicas, pontos focais de gênero, instituições de pesquisa, entidades financeiras e orçamentárias, setor privado e outros atores relevantes.

Ao analisar a versão revisada do GAP, publicada após a COP 25, e considerando o documento em inglês, é possível identificar três principais representações de gênero: (i) mulheres como instrumento de mudança no combate às mudanças climáticas; (ii) construção de soluções “neutras” [\[5\]](#) para promoção da igualdade de gênero; e (iii) inclusão quantitativa de mulheres nos espaços de tomada de decisão, uma abordagem que, embora importante, pode ser questionada por sua ênfase na presença numérica, sem necessariamente refletir a verdadeira transformação nas relações de poder e construção de agência.

Quadro 2. Análise Feminista Crítica do Discurso do GAP (2017) - Parte 1

Representações de igualdade de gênero	Trecho de referência	Análise Crítica	Implicações
Mulheres como instrumento de mudança	"[...]Strengthen the evidence base and understanding of the differentiated impacts of climate change on men and women and the role of women as agents of change and on opportunities for women [...]"	Ao posicionar as mulheres como instrumento de mudança, corre-se o risco de responsabilizá-las, implicitamente, pela resolução dos desafios climáticos, sem garantir os recursos, o poder e as estruturas de apoio adequados para que isso realmente aconteça. Essa abordagem pode deslocar a responsabilidade dos governos e instituições para as próprias mulheres, sem reconhecer as condições desiguais em que muitas delas vivem, especialmente em contextos de subalternização.	As mulheres podem ser vistas apenas como instrumentos para a promoção de políticas climáticas, sem garantir que essas políticas também abordem suas necessidades, vozes e direitos de maneira holística. Embora a ideia de criar "oportunidades para as mulheres" seja positiva, é necessário refletir sobre quais oportunidades estão sendo criadas e para quem. Muitas vezes, as oportunidades oferecidas para as mulheres podem ser limitadas, se não forem acompanhadas por mudanças significativas nas políticas e práticas, considerando as diversas formas de opressão que elas enfrentam (por exemplo, questões de raça, classe, etnia).
Construção de soluções neutras para a promoção de igualdade de gênero	"[...] share experience and support capacity-building on gender budgeting, including on the integration of gender-responsive budgeting into national budgets to advance gender-responsive climate policies, plans, strategies and action, as appropriate [...]"	O simples fato de integrar uma perspectiva de gênero no orçamento, sem um compromisso mais profundo com transformações sociais e políticas no nível estrutural, pode resultar em uma política superficial que apenas adapta a agenda de gênero ao modelo dominante de desenvolvimento sem desafiar as relações de poder e as desigualdades fundamentais.	Ao oferecer capacidade de construção de forma centralizada e padronizada, é importante garantir que as capacidades locais não sejam subestimadas ou desconsideradas. Se não houver uma descentralização real do processo de capacitação, a implementação das políticas pode se dar de forma impositiva e desconectada da realidade local, o que pode gerar resistência ou ineficácia. Portanto, aplicar um modelo único e padronizado pode resultar na exclusão ou marginalização de setores que já são subalternos, tornando as soluções propostas ineficientes ou até mesmo contraproducentes.
Construção de soluções neutras para a promoção de igualdade de gênero	"[...] raise awareness of the financial and technical support available for promoting the strengthening of gender integration into climate policies, plans, strategies and action, as appropriate, including good practices to facilitate access to climate finance for grass-roots women's organizations and indigenous peoples and local communities [...]"	Embora a proposta de facilitar o acesso ao financiamento climático para organizações de mulheres de base e comunidades locais seja válida, é crucial questionar como esse acesso será facilitado. Em muitos casos, o processo de acesso ao financiamento climático exige capacidades técnicas, conhecimento especializado e cumprimento de requisitos burocráticos que podem ser extremamente difíceis de atender para organizações locais, especialmente aquelas em regiões periféricas ou que trabalham em áreas de conflito.	Sem uma abordagem que considere essas dificuldades, a proposta de "facilitar o acesso" pode acabar sendo mais um desafio do que uma oportunidade, especialmente para grupos subalternizados. Nesse contexto, o risco é que o apoio financeiro e técnico se torne inacessível ou inadequado para aqueles que mais precisam dele. A proposta de aumentar o acesso ao financiamento também levanta uma questão crítica sobre o poder local. Embora o financiamento climático seja uma ferramenta poderosa, sem o controle local sobre esse financiamento, as comunidades podem continuar a ser dependentes de atores externos e instituições internacionais, sem conseguir exercer uma agência plena sobre os recursos que recebem.

Fonte: Elaboração própria, 2025.

Bruna Soares de Aguiar

Da feminização da responsabilidade climática à responsabilidade climática feminista: desafios e oportunidades para a COP30

Quadro 2. Análise Feminista Crítica do Discurso do GAP (2017) - Parte 2

Representações de igualdade de gênero	Trecho de referência	Análise Crítica	Implicações
Inclusão quantitativa de mulheres em espaços de tomada de decisão	"[...] Strengthen the monitoring and reporting on women in leadership positions within the UNFCCC process in the context of the gender composition report referred to in paragraph 14(b) of this decision and including through case studies [...]"	A ênfase em monitorar e relatar a presença de mulheres em cargos de liderança pode dar a impressão de que a quantidade de mulheres nesses cargos é um reflexo direto da igualdade de gênero. Porém, a simples presença de mulheres nas lideranças não garante que elas estejam em posições de decisão real ou que possam influenciar as políticas de maneira substancial. A inclusão quantitativa de mulheres sem a mudança qualitativa nas estruturas de poder pode levar a uma situação de igualdade simbólica, onde as mulheres ocupam cargos, mas sem a capacidade de transformar as políticas, práticas e resultados do processo da UNFCCC.	Há um risco de que as mulheres estejam representadas nas lideranças sem exercer autonomia real, sem ter voz em decisões chave ou sem que suas experiências e perspectivas sejam adequadamente incorporadas nas políticas climáticas. apenas fortalecer o monitoramento e o relatório sobre a composição de gênero nas posições de liderança, sem um compromisso mais amplo com mudanças estruturais e culturais nas instituições, pode se tornar uma forma de gestão superficial da igualdade.
Construção de soluções neutras para a promoção de igualdade de gênero	"[...] raise awareness of the financial and technical support available for promoting the strengthening of gender integration into climate policies, plans, strategies and action, as appropriate, including good practices to facilitate access to climate finance for grass-roots women's organizations and indigenous peoples and local communities [...]"	Embora a proposta de facilitar o acesso ao financiamento climático para organizações de mulheres de base e comunidades locais seja válida, é crucial questionar como esse acesso será facilitado. Em muitos casos, o processo de acesso ao financiamento climático exige capacidades técnicas, conhecimento especializado e cumprimento de requisitos burocráticos que podem ser extremamente difíceis de atender para organizações locais, especialmente aquelas em regiões periféricas ou que trabalham em áreas de conflito.	Sem uma abordagem que considere essas dificuldades, a proposta de "facilitar o acesso" pode acabar sendo mais um desafio do que uma oportunidade, especialmente para grupos subalternizados. Nesse contexto, o risco é que o apoio financeiro e técnico se torne inacessível ou inadequado para aqueles que mais precisam dele. A proposta de aumentar o acesso ao financiamento também levanta uma questão crítica sobre o poder local. Embora o financiamento climático seja uma ferramenta poderosa, sem o controle local sobre esse financiamento, as comunidades podem continuar a ser dependentes de atores externos e instituições internacionais, sem conseguir exercer uma agência plena sobre os recursos que recebem.

Fonte: Elaboração própria, 2025.

Programa de Trabalho de Lima sobre Gênero Aprimorado e seu Plano de Ação de Gênero

A Decisão 3/CP.25, adotada na 25ª Conferência das Partes (COP 25) da UNFCCC, representa um avanço formal na incorporação da perspectiva de gênero na governança climática global. No entanto, sua formulação e implementação refletem uma tendência recorrente

nas negociações internacionais sobre clima e direitos: um predomínio de revisões normativas que muitas vezes carecem de mudanças substantivas na estrutura e nos resultados das políticas. Embora o documento renove e fortaleça o Programa de Trabalho de Lima sobre Gênero, estabelecendo um Plano de Ação de Gênero Aprimorado para o período de 2020 a 2024, seu impacto prático depende de compromissos concretos.

Bruna Soares de Aguiar

Da feminização da responsabilidade climática à responsabilidade climática feminista: desafios e oportunidades para a COP30

Se faz importante, neste sentido, esclarecer a diferença de sentido e função desta Decisão com relação ao Plano de Ação de Gênero. De maneira geral, a principal distinção é que a Decisão 3/CP25 define o arcabouço normativo, já o GAP se forma como um instrumento de implementação a partir de áreas prioritárias – já apresentadas na seção anterior. Portanto, a Decisão se coloca mais como um compromisso político de médio e longo prazo, enquanto o GAP detalha medidas que podem – ou não – ser

implementadas pelos Estados Partes de forma mais imediata – para o cumprimento do objetivo maior de estabelecimento da igualdade de gênero na gestão da agenda climática.

Quadro 3. Análise Feminista Crítica do Discurso da Decisão 3/CP25, 2019 - Parte 1

Representações de igualdade de gênero	Trecho de referência	Análise Crítica	Implicações
Mulheres como instrumento de mudança no combate às mudanças climáticas	"[...] to enhance the systematic integration of gender considerations into climate policy and action and the application of understanding and expertise to the actions called for under the Lima work programme on gender and its gender action plan, and facilitate outreach, knowledge-sharing and the communication of activities undertaken to enhance gender-responsive climate action and its impacts in advancing women's leadership, achieving gender equality and ensuring effective climate action. [...]"	A ideia de mulheres como líderes no enfrentamento das crises climáticas carrega um forte valor simbólico e prático, pois destaca a necessidade de empoderar as mulheres e reconhecer suas experiências e conhecimentos específicos em suas comunidades. No entanto, essa representação pode ser vista como uma simplificação ou romantização do papel das mulheres enquanto protetoras ambientais e/ou promotoras de solução para as mudanças climáticas.	Embora a liderança das mulheres seja promovida como uma solução, se não forem criadas condições reais para que as mulheres em posições de liderança possam realmente influenciar decisões, a eficácia dessa representação fica comprometida. Isso implica que é necessário mais do que apenas capacitação ou representação simbólica das mulheres, mas é essencial transformar as estruturas que bloqueiam o poder real das mulheres nas negociações climáticas.
Construção de soluções "neutras" para promoção da igualdade de gênero	"[...] to strengthen the integration of gender considerations within the work of UNFCCC constituted bodies, the secretariat and other United Nations entities and stakeholders towards the consistent implementation of gender-related mandates and activities [...]"	A decisão promove a ideia de uma solução "neutra" no sentido de que as questões de gênero devem ser incorporadas de maneira transversal em todos os aspectos das políticas climáticas e ações sob a UNFCCC. Isso sugere uma abordagem técnica e objetiva para resolver a desigualdade de gênero no contexto das mudanças climáticas, independentemente de outras dinâmicas de poder ou desigualdades estruturais.	Ao tentar criar soluções "neutras", a decisão pode acabar esvaziando o potencial transformador das políticas climáticas de gênero, uma vez que a igualdade de gênero não pode ser tratada como um componente isolado ou simplesmente adicionado aos processos climáticos. Para ser eficaz, é necessário questionar as normas e os processos de poder que perpetuam desigualdades e não apenas promover a integração de gênero de maneira técnica, sem um foco crítico.

Fonte: Elaboração própria, 2025.

Bruna Soares de Aguiar

Da feminização da responsabilidade climática à responsabilidade climática feminista: desafios e oportunidades para a COP30

Quadro 3. Análise Feminista Crítica do Discurso da Decisão 3/CP25, 2019 - Parte 2

Representações de igualdade de gênero	Trecho de referência	Análise Crítica	Implicações
Inclusão quantitativa de mulheres nos espaços de tomada de decisão	"[...] to achieve and sustain the full, equal and meaningful participation of women in the UNFCCC process [...]"	A ênfase na inclusão quantitativa de mulheres sem uma análise mais profunda das condições e do poder real dessas mulheres dentro desses espaços de decisão é problemática. A mera presença de mulheres nas negociações climáticas não garante que suas vozes sejam verdadeiramente valorizadas ou que elas possam desafiar as dinâmicas de poder dominantes. Além disso, a inclusão quantitativa pode, muitas vezes, ser usada como um marco simbólico sem implicar mudanças nas estruturas de poder ou nos resultados concretos.	A simples inclusão de mulheres nos espaços de decisão, sem garantir que sua participação seja efetiva e que elas possam realmente influenciar os resultados, corre o risco de promover uma participação superficial.
Mulheres como agentes de mudança no combate às mudanças climáticas	"[...] to ensure the respect, promotion and consideration of gender equality and the empowerment of women in the implementation of the Convention and the Paris Agreement[...]"	Este trecho reforça a ideia de empoderamento das mulheres como um objetivo central nas ações climáticas e enfatiza a necessidade de garantir a igualdade de gênero em todas as etapas da implementação da UNFCCC e do Acordo de Paris. Ao mencionar explicitamente a promoção e consideração da igualdade de gênero, a Decisão sugere que o empoderamento feminino é um mecanismo crucial para a implementação bem-sucedida de acordos climáticos globais.	Para que o empoderamento das mulheres no contexto das mudanças climáticas seja real e eficaz, é necessário um esforço consciente para transformar as estruturas de poder que perpetuam a marginalização das mulheres, e não apenas fornecer uma capa de autonomia individual. Além disso, o empoderamento precisa ser contextualizado dentro de estratégias de justiça climática que reconheçam as diferentes formas de vulnerabilização que as mulheres enfrentam dependendo de sua localização e posição social.
Construção de soluções "neutras" para promoção da igualdade de gênero	"[...] to improve tracking of the implementation of and reporting on gender-related mandates under the Lima work programme on gender and its gender action plan [...]"	Embora a mensuração e o rastreamento sejam ferramentas importantes para garantir a responsabilidade e a efetividade das políticas climáticas com uma perspectiva de gênero, esse enfoque pode, na prática, ter uma abordagem mais técnica e "neutra", em vez de refletir uma mudança real nas práticas e dinâmicas de poder	O foco no rastreamento e monitoramento das políticas de gênero precisa ser complementado com análises qualitativas que capturem as mudanças reais nas vidas das mulheres, além de considerar as condições contextuais em que elas operam. A quantificação das políticas, por si só, não garante que as desigualdades de gênero sejam efetivamente combatidas, mas pode reforçar uma normalização das desigualdades, ao se concentrar apenas em métricas sem se questionar as dinâmicas de poder subjacentes.

Fonte: Elaboração própria, 2025.

Política de Gênero e Plano de Implementação do IPCC

Considerando o contexto de adoção das normativas anteriormente mencionadas, foi natural que o IPCC, como órgão de avaliação científica, também fosse, em alguma medida, interpelado pela necessidade e importância para refletir sobre a conscientização e necessidade de integrar uma abordagem de gênero em seus trabalhos. É válido ressaltar que, historicamente, os debates sobre mudanças climáticas no contexto científico são dominados por abordagens que são descritas como neutras, quando na realidade se limitam a visões tecnicistas que reproduzem um viés e abordagem científicas baseadas em padrões analíticos e metodológicos excludentes e com funções patriarcais específicas (ARORA-JONSON, 2011b). Essa visão erroneamente chamada de neutra, deixa de fora desigualdades sociais subjacentes, especialmente no que tange a gênero, raça, sexualidade e etnia.

Neste contexto, a adoção de um Plano de Ação de Gênero teve sua necessidade enfatizada, de modo a garantir, ainda que normativamente, que a ciência climática também refletisse, em alguma medida, as experiências, desafios e capacidades de indivíduos desde suas

diferenças de gênero. Desta maneira, o plano desenvolvido pelo IPCC apresenta como objetivo principal o de transformar a maneira como a instituição lida com o debate de gênero em seus processos internos e na elaboração de seus relatórios. A partir do delineamento de ações específicas, de maneira geral, este plano informa que busca melhorar questões como: representatividade feminina e a capacitação em temas de gênero dentro da instituição, de modo a integrar as lentes de gênero nas avaliações científicas das mudanças climáticas.

Em 2020, o IPCC assumiu o compromisso público com a justiça de gênero, e passou a reconhecer que para que haja a promoção de soluções climáticas mais eficazes e sustentáveis, é de extrema importância que as mulheres desempenhem um papel ativo, não apenas como destinatárias das políticas, mas, principalmente, como agentes de mudança. Contudo, é importante ressaltar, com cautela, que este chamamento ao poder de agência das mulheres depende de uma eficácia real no processo de implementação, e da manutenção deste compromisso a longo prazo. Sem medidas concretas que modifiquem as dinâmicas de poder institucionais estabelecidas como “neutras” na gestão da agenda climática, essas iniciativas se tornam uma forma de reforço das desigualdades já existentes.

Quadro 4. Análise Feminista Crítica do Discurso do Plano de Gênero do IPCC - Parte 1

Representações de igualdade de gênero	Trecho de referência	Análise Crítica	Implicações
Soluções neutras para promoção da igualdade de gênero	[...] The IPCC is dedicated to pursuing a future state where gender is mainstreamed into its processes in an inclusive and respectful manner and where there is gender balance in participation and where all have equal opportunity irrespective of gender. In so doing, the IPCC will raise awareness of the benefits of gender equality [...]	A declaração sugere que a igualdade de gênero será integrada de maneira "neutra" nos processos do IPCC, focando em balanceamento de gênero e oportunidades iguais sem um aprofundamento nas desigualdades estruturais que afetam diferentes grupos de mulheres.	A "neutralidade" sugerida pode invisibilizar as dinâmicas de poder subjacentes e as necessidades específicas de mulheres em contextos diversos. Pode resultar em ações superficiais.
Inclusão quantitativa de mulheres	"Goal 1: Enhancing Gender Equality in IPCC processes Gender equality is defined as gender balance and equal opportunity regardless of gender."	O foco em "equilíbrio de gênero" e "oportunidades iguais" sugere uma abordagem quantitativa para a inclusão de mulheres, mas sem considerar as condições necessárias para que essa inclusão seja efetiva e substantiva.	A meta de "igualdade de gênero" como equilíbrio numérico pode não ser suficiente para garantir a participação efetiva das mulheres, sem transformar as estruturas de poder.

Fonte: Elaboração própria, 2025.

Bruna Soares de Aguiar

Da feminização da responsabilidade climática à responsabilidade climática feminista: desafios e oportunidades para a COP30

Quadro 4. Análise Feminista Crítica do Discurso do Plano de Gênero do IPCC - Parte 2

Representações de igualdade de gênero	Trecho de referência	Análise Crítica	Implicações
Inclusão quantitativa de mulheres	"Regularly monitor activities and report to Plenary on gender equality in IPCC's processes. Take into account gender balance and gender-related aspects in the Panel's decisions, when relevant. Recommend and invite IPCC member countries to nominate more women for key IPCC positions. Strive for gender-balanced compositions of meeting chairpersons and panels."	A ênfase na inclusão numérica e no equilíbrio de gênero nos cargos-chave é relevante, mas a falta de uma análise crítica sobre as barreiras que impedem a ascensão das mulheres para tais posições limita a profundidade das ações.	A simples nomeação de mais mulheres sem eliminar as barreiras estruturais pode não levar a mudanças significativas na influência real das mulheres nos processos decisórios.
Soluções neutras para promoção da igualdade de gênero	"Take into account a gender perspective in the Panel's decisions, when relevant and as appropriate. Consider the ability to provide a gender-friendly and inclusive environment when selecting meeting venues."	O foco na "perspectiva de gênero" e na criação de um "ambiente inclusivo" é positivo, mas permanece vago, sem especificar como as diferentes realidades das mulheres e homens serão abordadas nas decisões e na escolha de locais.	A falta de uma abordagem concreta pode resultar em soluções superficiais que não enfrentam as desigualdades de gênero em sua raiz. As mulheres podem ser convidadas, mas suas vozes não serão igualmente ouvidas.
Mulheres como instrumento de mudança no combate às mudanças climáticas	"Organize training, guidance, or internal workshops for IPCC staff, leadership, and to wider groups, as appropriate, on gender balance and gender-related issues, including, inter alia, consideration of intersectionality of gender issues with other diversity goals, addressing implicit biases, and implementing inclusive practices."	A proposta de treinamentos e workshops focados em equilíbrio de gênero e práticas inclusivas reconhece a necessidade de capacitar os membros do IPCC para abordar a diversidade de gênero. Isso pode ser uma etapa inicial para empoderar as mulheres a se tornarem agentes de mudança.	O foco na capacitação e na conscientização sobre as questões de gênero pode proporcionar uma base para a transformação, desde que seja seguido de mudanças concretas nas práticas e decisões do IPCC. Além disso, o conteúdo dessas capacitações deve ser pensado por um viés crítico, que não reforce conceitos que, na prática, suprimem as ações das mulheres e que reforçam a condição de feminização da responsabilidade climática.
Inclusão quantitativa de mulheres	"Data relevant to the achievement of the Implementation Plan and Gender Policy goals will be collected. This could include data on gender balance in IPCC bodies, author teams, national nominations, and overall participation in IPCC activities, as appropriate. The GAT will evaluate this data."	A coleta de dados sobre o equilíbrio de gênero nas equipes do IPCC e a avaliação desses dados é uma medida importante para monitorar a inclusão quantitativa de mulheres, mas a análise deve ir além dos números, abordando também as condições de participação e impacto.	A coleta de dados é essencial para verificar o progresso, mas os dados por si só não garantem a mudança estrutural necessária. Uma análise mais profunda das dinâmicas internas é fundamental.
Mulheres como instrumento de mudança no combate às mudanças climáticas	"The GAT is invited to assess and consider funding needs and present these to the Panel as appropriate. Where appropriate, the GAT will endeavor to engage partner organizations."	O envolvimento de organizações parceiras e a consideração de necessidades de financiamento podem ser cruciais para garantir a inclusão das mulheres como agentes de mudança. No entanto, isso deve ser acompanhado de uma análise das barreiras de acesso a esses recursos por mulheres.	A falta de uma implementação eficaz do financiamento pode resultar em uma exclusão das mulheres em posições decisórias, apesar da inclusão de parceiros organizacionais.

Fonte: Elaboração própria, 2025.

Bruna Soares de Aguiar

Da feminização da responsabilidade climática à responsabilidade climática feminista: desafios e oportunidades para a COP30

Relatório sobre Gênero e Mudanças Climáticas – Decisão 20/CP.26

Em novembro de 2021, no contexto da realização da COP 26, em Glasgow, Escócia, foi adotado o Relatório sobre Gênero e Mudanças Climáticas que, de maneira geral, foi uma continuação do processo iniciado com a Decisão 3/CP.25 e com a Decisão 18/CP.20, que reconhecia a importância de integrar a igualdade de gênero nas ações climáticas. É necessário reconhecer que, sem dúvida, a COP26 foi um evento importante no que tange ao reconhecimento de estabelecer uma agenda climática mais inclusiva. Especificamente no que tange à Decisão 20/CP.26, o documento veio como parte de um processo de conscientização sobre as intersecções entre gênero e mudanças climáticas, mas a sua efetividade real ainda é incerta.

Este relatório buscou garantir, de forma geral, que as questões de gênero não fossem mais tratadas como periféricas, mas como parte central das respostas globais às mudanças climáticas. Mas a abordagem adotada ainda carece de um compromisso profundo com as mudanças estruturais da gestão da agenda climática, isto porque ainda é possível observar na estrutura do texto uma limitação no que tange a uma implementação da agenda de gênero que vá além da inclusão de mulheres como participantes. Esta Decisão estabelece um mecanismo de monitoramento para integrar a igualdade de gênero nas políticas climáticas, mas, assim como as normativas anteriores, não apresenta instrumentos claros para garantir que esses compromissos sejam efetivamente cumpridos.

Desde a proposta de coleta de dados e capacitação de mulheres para participarem da tomada de decisões sobre o clima, apesar de passos interessantes, também revelam uma interpretação paternalista sobre como as mulheres podem acessar à agenda, sempre necessitadas de um processo de ensinamento por parte da estrutura institucional de poder vigente, no sentido de serem assimiladas aos processos já existentes. Falta uma abordagem crítica sobre as condições estruturais

que fomentam e perpetuam as desigualdades. Apesar do forte apelo à conscientização imposto pelas propostas normativas e de natureza voluntária, o que mais se sobressai é a pouca ênfase na criação de estruturas concretas de poder que permitam a transformação das relações desiguais de gênero no cenário climático global.

Além disso, embora a decisão destaque a importância da participação equitativa de mulheres e meninas, ela se limita a um enfoque na quantificação da participação feminina nas esferas de decisão, sem abordar as questões mais profundas de representação real e efetiva dessas mulheres. Ou seja, a ideia de simplesmente incluir mulheres nos espaços de decisão não se traduz, automaticamente, em uma mudança nas dinâmicas de poder que continuam a marginalizar suas vozes, especialmente as de mulheres do Sul Global.

Por fim, a Decisão 20/CP.26 levanta questões relevantes sobre o papel das mulheres nas mudanças climáticas, mas sua implementação depende de um compromisso mais robusto por parte dos países signatários da UNFCCC. Sem um monitoramento efetivo, mecanismos financeiros adequados e uma pressão política constante, a decisão pode acabar se tornando mais um exercício simbólico, em vez de um vetor de transformação real das políticas climáticas e da inserção das mulheres na liderança dessas políticas.

Quadro 5. Análise Feminista Crítica do Discurso da Decisão 20/CP.26 - Parte 1

Representações de igualdade de gênero	Trecho de referência	Análise Crítica	Implicações
Mulheres como instrumento de mudança; Inclusão quantitativa de mulheres	Takes note of the annual reports on gender composition, which highlight the persistent lack of progress in in-person participation, the challenges identified in promoting women's full, equal and meaningful participation in virtual forums, and the urgent need for improving the representation and leadership of women in Party delegations and in all bodies established under the Convention, the Kyoto Protocol and the Paris Agreement and welcomes the strengthened reporting on two case studies, including data disaggregated by sex that provide further information on the participation of women in Party delegations"	O trecho destaca a persistente falta de progressos na participação das mulheres em espaços de decisão e em delegações, apontando a necessidade urgente de melhorar a representação e liderança feminina. Embora os relatórios anuais com dados desagregados por sexo sejam um avanço, a simples documentação e observação da falta de progresso não garante mudanças substanciais. A ênfase na representação e liderança feminina pode ser limitada a um discurso normativo se não for acompanhada de ações concretas para transformar as estruturas que impedem a real inclusão das mulheres.	A falta de avanços na participação das mulheres nas delegações evidencia a resistência estrutural às mudanças e a insuficiência de medidas coercitivas para garantir que as mulheres ocupem espaços de poder de forma efetiva. Os dados desagregados são importantes para análise, mas não garantem transformações reais sem um esforço contínuo para aumentar a presença de mulheres de forma qualificada e significativa.
Soluções neutras para promoção da igualdade de gênero	"Encourages Parties and constituted bodies under the Convention to consider the case studies referred to in paragraph 6 above and promote the full, meaningful and equal participation of women in the UNFCCC process"	Este trecho incentiva a consideração de estudos de caso e a promoção da participação igualitária das mulheres, mas o termo "encoraja" implica uma abordagem voluntária. A promoção da igualdade de gênero aqui não se apresenta com um compromisso firme e direto, mas sim como uma recomendação. Além disso, a ênfase na participação igualitária pode ser interpretada como uma solução neutra que não questiona profundamente as barreiras estruturais para a igualdade real, limitando-se a reconhecer a necessidade de mudanças, mas sem ações concretas e obrigatórias.	A abordagem não vinculante pode resultar em mudanças superficiais sem o comprometimento das Partes para implementar políticas efetivas de inclusão de mulheres, ficando restrita a declarações de boas intenções, sem impactar a subordinação histórica das mulheres nas decisões climáticas.
Mulheres como instrumento de mudança	"Reminds Parties and observers of the invitation for submissions, by 31 March 2022, on the gender-differentiated impacts of climate change, the role of women as agents of change and opportunities for women"	Embora haja um apelo para que as mulheres desempenhem um papel de liderança, a falta de uma obrigação concreta para a inclusão real nas práticas de tomada de decisão pode enfraquecer essa ideia, reduzindo-a a uma abordagem simbólica. A convocação para submissões pode não ser suficiente para empoderar as mulheres se não houver um sistema real de implementação de suas propostas.	A ênfase na convocação voluntária pode resultar em uma participação limitada e marginalizada das mulheres, sem garantir que suas contribuições se traduzam em ações transformadoras no processo de decisão.

Fonte: Elaboração própria, 2025.

Bruna Soares de Aguiar

Da feminização da responsabilidade climática à responsabilidade climática feminista: desafios e oportunidades para a COP30

Quadro 5. Análise Feminista Crítica do Discurso da Decisão 20/CP.26 - Parte 2

Representações de igualdade de gênero	Trecho de referência	Análise Crítica	Implicações
Soluções neutras para promoção da igualdade de gênero; Inclusão quantitativa de mulheres	"Encourages Parties to be more explicit about the gender-responsiveness of climate finance with a view to strengthening the capacity of women and furthering work under the gender action plan in order to facilitate access to climate finance for grassroots women's organizations as well as for indigenous peoples and local communities"	Embora isso seja positivo, a ênfase na neutralidade das soluções pode não atacar as causas estruturais da exclusão das mulheres. A ênfase na inclusão das mulheres em nível local, particularmente as mulheres de base e indígenas, é importante, mas a falta de financiamento específico e o caráter voluntário das ações ainda limitam a efetividade da medida. A capacitação das mulheres é importante, mas precisa ser complementada por uma redistribuição de poder para garantir acesso igualitário aos recursos financeiros.	A proposta de financiamento de gênero carece de mecanismos claros de responsabilização que garantam o acesso real das mulheres a esses recursos, além de exigir mais do que uma simples promoção de acessibilidade. A capacitação das mulheres precisa ser acompanhada por medidas que desafiem as estruturas de poder e que proporcionem oportunidades reais de liderança e autonomia financeira para as mulheres nas comunidades mais afetadas pelas mudanças climáticas.

Fonte: Elaboração própria, 2025.

Por uma responsabilidade climática feminista

Ao realizar uma Análise Feminista Crítica do Discurso das normativas que buscam integrar a agenda de gênero na gestão climática, ficou claro que os documentos analisados não apresentam diferenças significativas, nem inovações substanciais entre si. Embora se proponham como um avanço em relação às observações feitas a partir de 2001, os documentos adotados desde 2017 ainda mantêm o foco central em uma inclusão quantitativa das mulheres nos espaços das COPs e no IPCC, sem compromissos práticos e vinculantes para mudanças estruturais na política climática. Como destacado por Arora-Jonsson (2011a; 2011b), esse enfoque quantitativo e limitado em relação ao poder de agência tende a reforçar a narrativa da feminização da responsabilidade climática. Isso ocorre porque se pressupõe que, ao incluir mais mulheres e capacitá-las, será possível alcançar uma gestão climática mais inclusiva, com resultados mais concretos.

No entanto, a necessidade e a importância de uma avaliação aprofundada das condicionalidades estruturais que configuram a realidade que o mundo enfrenta hoje são sistematicamente negligenciadas nas normativas analisadas anteriormente. A feminização das soluções climáticas acaba sobrecarregando os sistemas de opressão e limitando a abrangência de uma análise verdadeiramente inclusiva. Em nenhum dos documentos analisados foi possível identificar uma reflexão profunda sobre os impactos de uma gestão patriarcal e masculinizada na invisibilização da diversidade sexual e de gênero na política climática. Além disso, pouco se mencionou sobre os desafios do racismo ambiental, por exemplo, e como, quando combinados com questões de gênero, sobrecarregam as capacidades de adaptação e mitigação das populações subalternizadas ao redor do mundo. A interseccionalidade entre gênero e geografia climática, no sentido de identificar e responsabilizar os países do Norte Global pelos impactos diferenciais de gênero, também não foi abordada. E, o mais importante, não foi possível identificar uma

Bruna Soares de Aguiar

Da feminização da responsabilidade climática à responsabilidade climática feminista: desafios e oportunidades para a COP30

conexão entre os impactos climáticos e outras áreas, de modo a compreender as estruturas de poder que influenciam as mudanças climáticas. Se as causas não forem analisadas a partir de perspectivas multidimensionais, as soluções sempre apresentarão lacunas.

Considerando as limitações e as fragilidades desses documentos na integração da agenda, foi proposta uma abordagem multilateral que mobilizasse não apenas lentes de gênero, mas também uma gestão feminista com propostas inclusivas para reinterpretar a política climática como um todo. Nesse contexto, foi possível identificar o documento produzido pela ONU Mulheres em 2024, que traz alguns pontos de grande relevância para o debate sobre a agenda climática em interseção com a de gênero, mas que permanece ausente no principal órgão multilateral de gestão climática: o cuidado. O documento da ONU Mulheres destaca que:

“[...] em vez de esperar que indivíduos absorvam e se recuperem de condições e desigualdades cada vez mais extremas, a justiça climática feminista reconhece que a resiliência só pode ser alcançada por meio de relações baseadas em direitos iguais e respeito. Portanto, o cuidado está na vanguarda da justiça climática feminista, e a questão urgente é: como as sociedades podem coletivamente organizar o cuidado para as pessoas e o planeta, a fim de garantir a “sobrevivência e o florescimento da vida?”” (ONU MULHERES, 2024, p.3. Tradução própria) [\[6\]](#)

A resposta a esta pergunta é apresentada neste estudo desde a construção de uma responsabilidade climática feminista, que vai na contramão do que é feito na atualidade em termos da feminização da responsabilidade climática (ARORA-JONSSON, 2011b) — amplamente discutida ao longo deste Caderno. A responsabilidade climática feminista (ONU MULHERES, 2024) está associada ao reconhecimento de que atualmente existe uma resposta lenta por parte dos governos aos desafios climáticos, e isto, em parte, é resultado de alguns processos específicos, tais como a redução da capacidade estatal, identificada desde 2022, quando o nível médio de democracias no mundo voltou ao patamar de 1986; a construção de soluções centradas no mercado, quando são fornecidas soluções técnicas despolitizadas, que favorecem as corporações

mal regulamentadas; aprofundamento das fragmentações das relações entre os países, como resultados de crises econômicas, heranças coloniais, discursos políticos polarizadores e o aumento do custo de vida (ibidem). Esses desafios precisam ser considerados na formulação de soluções multidimensionais que, segundo a ONU Mulheres (2024), passam, sobretudo, por três frentes principais: a revitalização do multilateralismo e das instituições democráticas; a promoção de coalizões pró-ambientais; e a criação de mecanismos de responsabilização. No entanto, é importante destacar que a própria proposta da ONU poderia ganhar maior capilaridade se, para além da promoção de coalizões pró-ambientais, também fomentasse a articulação de coalizões por justiça climática e social, baseadas em perspectivas interseccionais. Como já amplamente discutido, essas lentes permitem compreender os diferentes níveis de impacto da crise climática e, com isso, ampliar as capacidades de resistência e de construção de instrumentos de responsabilização a partir de diversas abordagens feministas — incluindo, de forma efetiva, a diversidade de sujeitos e populações vulnerabilizadas nos processos atuais.

Apesar das críticas que trazemos neste Caderno do OIMC, é válido reconhecer que, quando comparada às medidas analisadas anteriormente, a proposta da ONU Mulheres se destaca por sua maior robustez e profundidade analítica. Ao se considerarem iniciativas menos consistentes examinadas em seções anteriores, torna-se evidente que, embora ainda existam críticas cabíveis, essa proposta representa um avanço significativo. Isso reforça a constatação de que, apesar de haver um crescente reconhecimento internacional — especialmente por parte do IPCC — de que a crise climática está profundamente conectada às estruturas de gênero, raça e classe, muitas das normativas institucionais que orientam a atuação dos países na agenda do clima ainda permanecem marcadas por uma abordagem funcionalista e superficial. Nesse modelo, a questão de gênero é instrumentalizada para aprimorar a eficácia das ações climáticas, em vez de questionar as bases do modelo de desenvolvimento que gera essas desigualdades. Como resultado, ao invés de promover transformações estruturais, as decisões produzidas pelo IPCC e nas COPs

limitam-se a adotar a linguagem da inclusão, sem desafiar os sistemas que perpetuam tanto a crise climática quanto as desigualdades de gênero.

Portanto, considerando o contexto global de existência atual de países que informam promover agendas internacionais feministas, e integram a agenda climática como espaço de articulação e implementação deste paradigma, acredita-se que, no âmbito multilateral, é possível que estes Estados – que também são Partes da COP – podem se comprometer com ações vinculantes que de fato promovam o GAP e suas versões aprimoradas – tanto a de Madrid, quanto a que será aprovada no Brasil ao final de 2025. No entanto, para isso, é importante que sejam apresentadas Decisões mais robustas, que vão mais além da reprodução de uma linguagem tecnocrática de gênero, como se costuma observar nos compromissos internacionais. Essa linguagem é vazia de sentido prático e resultados efetivos.

Considerações Finais e Recomendações

Ao longo deste estudo, ficou evidente que a inclusão de lentes de gênero na gestão da agenda climática multilateral tem ocorrido de forma reducionista, reforçando a feminização da responsabilidade climática e evitando enfrentar questões estruturais. Essa abordagem limita o potencial de reformulação das normas e instituições da governança climática e perpetua padrões de desenvolvimento nocivos ao meio ambiente e às populações mais vulneráveis no sistema patriarcal capitalista.

Os discursos e decisões apresentados nas COPs – não apenas em matéria de gênero – revelam um caráter retórico e esvaziado de compromissos práticos, sem mudanças efetivas na realidade global. As conferências parecem funcionar como momentos específicos de ativismo climático, absorvendo demandas populares e publicando compromissos superficiais que mantêm o status quo, sem impacto a longo prazo. Sem compromissos vinculantes, não há como conter a degradação ambiental nem frear o avanço das forças políticas anti-direitos.

Diante do recente alcance da marca crítica de 1,5°C de aquecimento global – e, segundo alguns especialistas, sua possível superação (PIVETTA, 2025) –, debates sem compromissos rastreáveis e passíveis de cobrança podem tornar a COP30 um fracasso, em vez do marco esperado. A crescente expectativa em torno do evento e os compromissos planejados exigem que as Partes elaborem uma agenda robusta, com mudanças concretas no curto e médio prazo.

Nesse contexto, recomenda-se que as Partes, especialmente aquelas com compromissos oficiais com a agenda internacional feminista, promovam ações que fortaleçam a responsabilidade climática feminista, em oposição à sua feminização. Para que a agenda de gênero vá além do aumento quantitativo da participação das mulheres e efetivamente impulsione transformações estruturais no regime climático, algumas medidas prioritárias deveriam incluir:

- 1. Vincular a agenda de gênero à responsabilização dos países do Norte Global:** Um aspecto ausente nas Decisões das COPs é a correlação entre a promoção da igualdade de gênero e a responsabilidade do Norte Global nas políticas de adaptação e mitigação. Pelo contrário, ao reforçar a feminização da responsabilidade climática, os documentos tendem a isentar os países do Norte de sua responsabilidade nesses processos. Para enfrentar essa lacuna, seria fundamental a incorporação de um mecanismo de monitoramento interseccional que responsabilize os países historicamente mais emissores pelos impactos diferenciados das mudanças climáticas sobre mulheres, populações racializadas e povos indígenas no Sul Global.
- 2. Regulamentação de empresas e finanças climáticas:** como enfatizado no relatório da ONU Mulheres (2024), a responsabilidade climática feminista parte de uma visão multidimensional, que busca integrar interpretações feministas em diversas agendas relacionadas à subalternização de mulheres e outras populações diante dos impactos diferenciais das mudanças climáticas. No entanto,

apenas reconhecer essa realidade não é suficiente para as Decisões das COPs. É fundamental que o GAP, em sua versão atualizada na COP30, convoque as Partes a estabelecerem um instrumento internacional vinculante que obrigue as corporações transnacionais a respeitarem padrões de Direitos Humanos e Justiça Climática, impedindo práticas de *greenwashing* e a exploração do trabalho feminino, indígena e racializado em cadeias produtivas relacionadas a soluções climáticas.

3. Incorporar a Economia do Cuidado às políticas climáticas:

esta é uma oportunidade para que a UNFCCC exija que as Partes incorporem metas vinculantes em suas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs), garantindo a integração de políticas do cuidado na adaptação climática. Isso inclui a implementação de infraestrutura adequada, a redistribuição do trabalho doméstico e o acesso a serviços básicos para mulheres e outros grupos subalternizados afetados por crises ambientais. Além disso, é fundamental que as Partes sejam convocadas a criar um fundo específico dentro do mecanismo de perdas e danos, destinado a comunidades que enfrentam deslocamentos forçados, com prioridade para mulheres cuidadoras e povos indígenas.

4. Democratizar a governança climática:

a redução das barreiras sistêmicas de participação é um desafio central para a construção de uma governança climática verdadeiramente inclusiva. Um primeiro passo essencial é desconstruir a visão de que a mera ampliação quantitativa da participação de mulheres e grupos marginalizados é suficiente para promover a igualdade de gênero. A mudança dessa cultura institucional nas Decisões das COPs, no GAP e nas políticas do IPCC é fundamental para repensar a gestão da agenda climática a partir de uma perspectiva feminista. Reconhecendo essa necessidade, é imprescindível a formulação de propostas concretas que estabeleçam cotas obrigatórias para a participação de populações histórica-

mente subalternizadas nos processos de tomada de decisão, garantindo-lhes poder deliberativo e não apenas consultivo. Além disso, é essencial a criação de mecanismos que mitiguem barreiras institucionais que dificultam o acesso às COPs, com especial atenção para barreiras linguísticas, assegurando tradução e interpretação em múltiplos idiomas, incluindo línguas indígenas e crioulas, por exemplo, e apoio financeiro para deslocamento e permanência, garantindo que mulheres, povos indígenas e comunidades periféricas tenham condições reais de participação nos espaços de decisão climática.

Notas

[1] **Figura 1:**

- Segundo pesquisadoras do Gender Climate Tracker, é importante destacar que “[...] durante as negociações, os pesquisadores frequentemente publicam dados com base na lista provisória de participantes, que é liberada publicamente pela UNFCCC antes do final da reunião. Para a consistência e comparabilidade de nosso conjunto de dados, utilizamos apenas a lista final de participantes. Nossa experiência é que a lista provisória de participantes e a lista final de participantes podem ser substancialmente diferentes, particularmente no nível das Partes”.
- Disponível em: [Women’s Participation on Party Delegations | Gender Climate Tracker](#)

[2] Para aprofundar mais no debate de como esta estratégia pode ser cooptada por governos para a promoção de agendas de gênero e/ou feministas em suas ações exteriores ver: Soares de Aguiar (2023).

[3] O conceito de essencialização é amplamente mobilizado nos estudos de gênero para criticar abordagens que atribuem características fixas, universais e atemporais aos sujeitos de gênero, especialmente às mulheres. Trata-se de uma crítica a perspectivas que reduzem as experiências de gênero a uma essência comum, ignorando as múltiplas interseções de raça, classe, sexualidade, nacionalidade, entre outras. Nos estudos feministas, essa crítica é central para questionar tanto construções que representam as mulheres como sujeitos homogêneos e exclusivamente vítimas quanto para tensionar discursos normativos sobre feminilidade e masculinidade. Sobre isso, ver, por exemplo, SCOTT, Joan. Gender: A Useful Category of Historical Analysis. *American Historical Review*, v. 91, n. 5, 1986; MOHANTY, Chandra Talpade. Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses. *Feminist Review*, n. 30, 1988; e BUTLER, Judith. *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. New York: Routledge, 1990.

[4] **Quadro 1:**

- Decisão 36/CP.7 disponível em: [FCCC/CP/2001/13/Add.4](#)
- Decisão 23/CP.18 disponível em: [08a03.pdf](#)
- Acordo de Paris disponível em: [ADOPTION OF THE PARIS AGREEMENT - Paris Agreement text English](#)
- Decisão 21/CP.22 disponível em: [1701418](#)
- Plano de Ação de Gênero da UNFCCC – Decisão 3/CP.23 disponível em: [1801342](#)
- Decisão 3/CP.2 disponível em: [FCCC/CP/2019/13/Add.1](#)
- Gender Policy and Implementation Plan disponível em: [Gender11-15](#)
- Relatório sobre Gênero e Mudanças Climáticas – Decisão 20/CP.26 disponível em: [cp2021_12a02E.pdf](#)
- Feminist Climate Justice Agenda disponível em: [feminist-climate-justice-a-framework-for-action-overview-en.pdf](#)

[5] A problemática das soluções descritas como “neutras” reside na sua inviabilidade prática. Quando um problema é tratado com uma abordagem homogênea, de maneira padronizada, inevitavelmente se excluem diversas manifestações sociais e políticas

que merecem e exigem respostas específicas, por meio de abordagens diferenciadas. Em outras palavras, quando instituições multilaterais propõem uma solução única e padrão para os impactos diferenciais de gênero das mudanças climáticas, elas estão negligenciando um conjunto complexo de razões estruturais que explicam tais impactos, além de desconsiderarem alternativas que poderiam gerar resultados positivos e sustentáveis no longo prazo. Para mais informações sobre este debate, consultar Arora-Jonsson (2011b).

[6] No original: “[...] Instead of expecting individuals to absorb and bounce back from ever more extreme conditions and inequalities, feminist climate justice recognizes that resilience can only be achieved through relationships that are based on equal rights and respect. Therefore, care is at the forefront of feminist climate justice, and the urgent question is: how can societies collectively organize care for people and the planet to ensure the “survival and flourishing of life”?” (ONU Mulheres, 2024, p.3).

Referências Bibliográficas

ARORA-JONSSON, Seema. (2011a). *Virtue and vulnerability: Discourses on women, gender and climate change*. Global Environmental Change, 21, p. 744-751.

ARORA-JONSSON, Seema. (2011b). *Forty years of gender research and environmental policy: Where do we stand?* Womens Studies International Forum, V. 47, Parte B, p. 295-308.

ARORA-JONSSON, Seema; WAHLSTROM, Nora. (2023). *Unraveling the production of ignorance in climate policymaking: The imperative of a decolonial feminist intervention for transformation*. Environmental Science & Policy, V.149.

BURNS, Bridget. (2018). *Pocket Guide to gender equality under the UNFCCC*. Edição 2018. International Climate Initiative (IKI).

COUTO, Felipe Froés; CARRIERI, Alexandre de Pádua. (2018). *Análise Crítica do Discurso: a teoria a partir de Teun A. Van Dijk*. XXI SemeAd, Seminários em Administração, Nov 2018. Disponível em: login.semead.com.br/21semead/anais/arquivos/781.pdf. Acesso em: 11 fev. 2025.

GARCÍA, Menchu Ajamil. (1994). *Cooperación internacional, género y desarrollo*. Revista Iberoamericana de Educación, n.6, p.103-119.

GENDER CLIMATE TRACKER. (s/d). *Women's participation statistics in climate diplomacy*. Disponível em: genderclimatetracker.org/participation-stats/introduction. Acesso em: 13 fev. 2025.

MOHANTY, Chandra Talpade. (1988). *Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses*. Feminist Review, p. 61-88.

ONU MULHERES. UN Women Headquarters Office. (2022). *Feminist Foreign Policy: an introduction*. Disponível em: unwomen.org/en/digital-library/publications/2022/09/brief-feminist-foreign-policies. Acesso em: 15 dez 2024.

PEREIRA, Matheus Ribeiro. (2021). *Storytelling como ferramenta de discurso no Twitter: uma análise da campanha presidencial de Jair Bolsonaro em 2018*. Dissertação (Mestrado) Escola Superior de Propaganda e Marketing, Mestrado Profissional em Gestão da Economia Criativa.

PIVETTA, Marcos. (2025). *2024 foi o primeiro ano com aquecimento global acima de 1,5 °C: todos os continentes bateram seu recorde de temperatura média, com exceção da Oceania e da Antártida*. Revista Pesquisa FAPESP, Ed. 348, fev. 2025. Disponível em: revistapesquisa.fapesp.br/2024-foi-o-primeiro-ano-com-aquecimento-global-acima-de-1-5-c/. Acesso em: 3 mar. 2025.

SOARES DE AGUIAR, Bruna. *Sociedade civil organizada na Co-operação Internacional: a atuação do movimento feminista na negociação do Acordo de Paz colombiano*. Rev. Conj. Aust., V.13, N. 61, p.65-79.

SOARES DE AGUIAR, Bruna. (2023). *Análise de Política Externa Feminista: uma contribuição metodológica para a verificação de congruência entre normas e práticas políticas*. Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

TICKNER, J. Ann. (2018). *Peace and Security from a feminist perspective*. In DAVIES, Sara E.; TRUE, Jacqui. *The Oxford Handbook of Women, Peace, and Security*. Oxford University Press.

VAN DIJK, Teun A. (2008). *Discourse and Power*. Palgrave Macmillan, Nova York.

VAN DIJK, Teun A. (2015). *Critical Discourse Studies: A Socio-cognitive Approach*. In: WODAK, R.; MEYER, M. *Methods of Critical Discourse Studies*. [S.l.]: Sage, 2015. Cap. 3, p. 63-85.

SOBRE A AUTORA

Bruna Soares de Aguiar

Doutora em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ), com estágio de pesquisa “sanduíche” no Instituto Universitario de Investigación de Estudios de las Mujeres y de Género da Universidade de Granada (Espanha), atualmente é pesquisadora de Pós-Doutorado FAPERJ Nota 10 no Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (IRI/PUC-Rio) e pesquisadora do Laboratório de Análise Política Mundial (LABMUNDO). Como autora, publicou o livro *Política Externa Feminista como branding governista: há congruência entre normas institucionais e práticas de cooperação?* (Appris, 2025) e assina os artigos *Sociedade civil organizada na Cooperação Internacional: a atuação do movimento feminista na negociação do Acordo de Paz colombiano* (Conjuntura Austral, v. 13; 2022) e *Política Exterior Feminista: un análisis de la cooperación de Suecia* (Relaciones Internacionales, 2022). Atua na área de Política Externa Feminista e Cooperação Feminista, contribuindo como Coordenadora de Projetos do Observatório de Política Externa Feminista Inclusiva (OPEFI).



Os Cadernos do OIMC são uma publicação, de fluxo contínuo, do Observatório Interdisciplinar das Mudanças Climáticas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

O Conselho editorial é composto pelos professores Ana Paula Tostes, Carlos R. S. Milani, Elza Neffa e Mário Soares.

A coordenação da publicação é feita pelo coordenador de plantão do OIMC, atualmente Carlos R. S. Milani.

Como citar este documento?

Diagramação: Tiago Maranhão
Layout: Rubens de S. Duarte

Aguiar, Bruna Soares de. *Da feminização da responsabilidade climática à responsabilidade climática feminista: desafios e oportunidades para a COP30*. Rio de Janeiro: Cadernos do OIMC, v. 19, 2025. ISSN: 2764-1120



Observatório
Interdisciplinar
das Mudanças
Climáticas



obsinterclima.eco.br



[/obsinterclima](https://www.facebook.com/obsinterclima)



[@_oimc](https://www.instagram.com/_oimc)

Apoio



iCS

instituto
CLIMA e SOCIEDADE